

# Medidas econômicas em estudo causam divergências na Seplan

Vera  
Brandmarte

Um dos mais importantes assessores econômicos do ministro Delfim Netto, envolvido diretamente na elaboração do "pacote" de medidas para a contenção do déficit público, declarou-se contrário à eliminação do subsídio ao trigo, porque, ao contrário dos possíveis efeitos benéficos esperados, a medida geraria um inchamento da dívida interna. Da mesma forma, um aumento excessivo do preço da gasolina seria um fator inflacionário, com resultados indesejáveis para a economia, uma vez que estariam descartadas as possibilidades de expurgo nos índices econômicos.

O Planejamento encontra-se sem alternativas para resolver a questão. O corte de subsídios implica no repasse desses custos para o preço final ao consumidor, o que se refletirá no Índice Geral de Preços que, por sua vez acarretará um aumento da correção monetária e cambial. A dívida do setor público, em função desses efeitos em cadeia, acaba tendo impacto monetário muito maior se mantidos os subsídios.

Por outro lado, a exigência da paridade dos índices econômicos até o final do ano, homologada pelo Conselho Monetário Nacional para reforçar a credibilidade do Brasil no exterior, não permite medidas de desindexação da economia, como o expurgo desses produtos importados e de conta deficitária do cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A propalada desindexação como remédio para a inflação não conta como alternativa para o Planejamento. Não é possível achatar

salários, através do expurgo dos itens gasolina e trigo do INPC, porque a defasagem entre esse índice e os demais seria insuportavelmente ampliada. Pesados ônus racairiam sobre os assalariados e com feitos práticos pequenos na redução do déficit uma vez que a propagação dos efeitos dos aumentos de preços desses produtos se faria sentir da mesma forma na correção monetária e cambial, que reajustam a dívida pública.

Quanto à redução dos subsídios à conta-petróleo, a questão é ainda mais complicada. É muito difícil configurar no déficit dessa conta a parte referente a subsídios e a que se deve a outros fatores. A conta-petróleo foi criada com a finalidade de diminuir os riscos de câmbio da Petrobrás. Os subsídios, no caso, seriam apenas os recursos desembolsados pelo governo dentro do prazo de 60 dias para cobrir as diferenças entre o dólar-petróleo o a variação cambial do dólar. Ocorre que ela acabou transformando-se numa complicada conta de entrada e saída de recursos, para variados fins. Assim, torna-se difícil, hoje, avaliar em seu déficit a parcela referente à cobertura da variação cambial.

O corte de subsídios ao crédito agrícola também seria um tema altamente controverso. E é bem provável que as decisões referentes a esse item não constem do pacote anunciado na semana que vem. A posição da Seplan, hoje, é efetuar cortes graduais, complementados por um conjunto de medidas que compensam a elevação da taxa de juros com um maior desenvolvimento da agricultura, e com um retorno assegurado para o agricultor, via política de preços mínimos.